



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PERNAMBUCO - CRM-PE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DE VISTORIA 384/2024 - Nº 1

Razão Social: META - SERVIÇOS HOSPITALARES E CONSULTORIA EM SAÚDE LTDA

Nome Fantasia: Hospital Cidade Patrimônio

CNPJ: 28.739.553/0001.80

Registro Empresa (CRM-PE): 3936

Endereço: R Eduardo de Moraes, 301

Bairro: BAIRRO NOVO

Cidade: Olinda - PE

CEP: 53030-250

E-mail: projetos@ajscapital.com.br;financeiro@hospitalsaosalvador.com.br

Diretor(a) Técnico(a): Dr(a). CARLOS TADEU DE OLIVEIRA LEONIDIO - INFECTOLOGIA - CRM-PE 17199

Sede Administrativa: Não

Origem: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Fato Gerador: CONSULTA

Fiscalização Presencial / Fiscalização Não Presencial: Fiscalização Presencial

Data da Fiscalização: 19/08/2024 - 09:15 às 19/08/2024 - 11:55

Equipe de Fiscalização: Dr(a). Sylvio de Vasconcellos e Silva Neto CRM-PE 10589

Acompanhante(s)/Informante(s) da instituição: Andrei Mello, Kenia Lins de Araujo, Kilmelany Cavalcanti de Souza

Cargos: Gerente Financeiro, Coordenadora de Auditoria, Coordenadora de Enfermagem, Coren 326572

Ano: 2024

Processo de Origem: 384/2024/PE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vistoria de fiscalização realizada sem comunicação prévia do Cremepe ao estabelecimento de saúde.



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

Chegando ao estabelecimento de saúde, a equipe de fiscalização composta pelo Médico Fiscal Dr. Sylvio de Vasconcellos e Silva Neto, exibindo sua identidade funcional como credencial para o ato fiscalizatório, solicitou contato com o Diretor Técnico Dr. Carlos Tadeu de Oliveira Leonidio, CRM PE 17199. Informado que o Diretor Técnico não se encontrava e designou o Diretor Administrativo - Sr. Andrei Mello; a Coordenadora de Auditoria - Sra Kenia Lins de Araújo e a Coordenadora de Enfermagem - Sra. Kilmelany Cavalcanti de Souza - Coren 326572 para receberem a equipe de vistoria, os quais prestaram as informações solicitadas. A Sra. Kenia Lins de Araújo e a Enfermeira Kilmelany Cavalcanti de Souza acompanharam a equipe de vistoria durante a toda a fiscalização.

Trata-se de um estabelecimento de saúde privado e com fins lucrativos que atende pacientes particulares e usuários do Sassepe, Saúde Recife e Polícia Militar. Informa que cerca de 90% dos atendimentos são de pacientes do Sassepe.

Possui 18 leitos de internação (16 leitos de enfermaria e 2 leitos de apartamento), 20 leitos de UTI (10 leitos de UTI Geral e 10 leitos de UTI cardiológica), centro cirúrgico com 1 sala de cirurgia e 1 leito de Sala de Recuperação Pós Anestésica (SRPA).

Informa que o último procedimento cirúrgico foi em Maio de 2023.

No momento com 11 pacientes internados (enfermaria/apartamento), 10 pacientes na UTI cardiológica e 9 pacientes da UTI Geral.

Realiza atendimentos de urgência/emergência.

Conta com 1 médico plantonista e refere que realiza cerca de 15 a 20 pacientes/mês.

O que motivou a vistoria foi Ofício nº01920.000.154/2023 - 0007 do Ministério Público de Pernambuco, 2º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda.

A unidade em tela era denominada de Hospital São Salvador e agora denomina-se de Hospital Cidade Patrimônio.

2. ABRANGÊNCIA DO SERVIÇO

2.1 Abrangência do Serviço: Estadual/Distrital

3. COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇO DE SAÚDE, OU EQUIVALENTE

3.1 Comissão de Controle de Infecção em Serviço de Saúde, ou equivalente: Sim

3.2 CCISS - Registro em atas: Sim

3.3 CCISS - Programa de Controle de Infecção Hospitalar – PCIH : Sim

4. COMISSÃO DE ÉTICA MÉDICA

4.1 Corpo Clínico com mais de trinta (30) Médicos: Não



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

5. COMISSÃO DE REVISÃO DE ÓBITO

5.1 Comissão de Revisão de Óbito: Sim

6. COMISSÃO DE REVISÃO DE PRONTUÁRIOS

6.1 Comissão de Revisão de Prontuários: Não

7. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL

7.1 Instalações livres de trincas, rachaduras, mofo e/ou infiltrações: Não

8. CONVÊNIOS E ATENDIMENTO

8.1 Convênios e atendimento: Particular, Convênios

8.2 Horário de Funcionamento: 24h

8.3 Plantão: Sim

8.4 Sobreaviso: Sim (Na hemodinâmica.)

9. DADOS CADASTRAIS

9.1 Inscrição CRM-UF (Privado): Sim

9.2 Número de Inscrição: 3936

9.3 Certificado de Regularidade da Inscrição da Pessoa Jurídica: Sim

9.4 Certificado de Regularidade - Válido: Sim

9.5 Validade do Certificado de Regularidade: 04/09/2024

9.6 Certificado de Regularidade - Exposto: Não

9.7 Médico formalizado na função de responsável/diretor técnico: Sim

9.8 Há diretor técnico médico formalizado junto ao CRM-UF: Sim

9.9 Nome completo do responsável/diretor técnico: Carlos Tadeu de Oliveira Leonidio

9.10 CRM-UF: 17199

9.11 Alvará bombeiros: Sim

9.12 Alvará bombeiros - Disponível: Sim

9.13 Alvará bombeiros - Válido: Sim

9.14 Alvará bombeiros - Validade: 28/05/2025

9.15 Há demonstração da regularidade junto à autoridade sanitária: Não

9.16 SE PRIVADO: Há alvará sanitário autorizando todas as atividades executadas no estabelecimento: Não

10. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

10.1 Horário de Funcionamento: 24h

11. NATUREZA DO SERVIÇO



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



11.1 Natureza do Serviço: PRIVADO - Lucrativo, GESTÃO - Privada

12. NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE

- 12.1 Núcleo de Segurança do Paciente (NSP): Sim
- 12.2 NSP - Registro em atas: Sim
- 12.3 NSP - Realiza comunicação e notificação dos eventos adversos – EA: Sim
- 12.4 NSP - Protocolos de segurança do paciente: Sim
- 12.5 NSP - Protocolos de identificação do paciente: Sim
- 12.6 NSP - Protocolos de higienização das mãos: Sim
- 12.7 NSP - Protocolos de prevenção de úlcera por pressão: Sim
- 12.8 NSP - Protocolos de prevenção de quedas: Sim
- 12.9 NSP - Protocolos de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos: Sim

13. RESPONSABILIDADE TÉCNICA MÉDICA / DIREÇÃO TÉCNICA MÉDICA

- 13.1 A responsabilidade técnica é exercida presencialmente: Sim

14. ATIVIDADES / SERVIÇOS HOSPITALARES (ITENS APENAS INFORMATIVOS)

- 14.1 Ambulatório: Não
- 14.2 Unidade de internação: Sim
- 14.3 Serviço hospitalar de urgência e emergência: Sim
- 14.4 Maternidade: Não
- 14.5 Centro de parto normal: Não
- 14.6 Centro de reprodução humana assistida: Não

15. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA EM REGIME DE INTERNAÇÃO

- 15.1 Equipe profissional composta por médicos e outros profissionais qualificados, em número adequado à capacidade de vagas do estabelecimento: Sim
- 15.2 Todo paciente internado conta com médico assistente, responsável direto pela sua internação, assistência e acompanhamento até a alta: Sim
- 15.3 É respeitada a vedação à internação em nome de serviço: Sim
- 15.4 Há médico plantonista exclusivo para atendimento das intercorrências de pacientes internados : **Não**
- 15.5 As principais ocorrências do plantão são assentadas em livro próprio ao término de cada jornada de trabalho: Sim
- 15.6 O médico plantonista respeita a vedação à ausentar-se do plantão, salvo por motivo de força maior, justificada por escrito ao diretor técnico médico: Sim
- 15.7 O médico plantonista espera seu substituto e, ao fazer a passagem de plantão, o informa sobre as principais ocorrências: Sim
- 15.8 Nas situações de atraso ou falta do seu substituto, o plantonista permanece em seu posto de trabalho até a chegada do substituto: Sim
- 15.9 Nos serviços de urgência e emergência, o médico plantonista atende a toda a demanda que os procure: Sim
- 15.10 Em todos os ambientes médicos onde se realizem turnos de plantão há área de repouso médico: Sim
- 15.11 Farmácia/dispensário de medicamentos : Sim
- 15.12 Unidade de nutrição e dietética (próprio ou terceirizado): Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

15.13 Central ou fonte de gases medicinais em todos os setores onde há tal necessidade: Sim
15.14 Gerador de energia naqueles serviços onde a interrupção do fornecimento energético comprometa a segurança da assistência: Sim

16. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA EM REGIME DE INTERNAÇÃO - COMPLEMENTO

16.1 Sala de isolamento para os casos indicados: **Não**

17. INDICADORES HOSPITALARES

17.1 Nº de leitos de UTI adulto: 10
17.2 Nº de leitos de isolamento na UTI adulto: 1
17.3 Nº de leitos de UTI neonatal: 0
17.4 Nº de leitos de UTI pediátrica: 0
17.5 Nº de leitos de internação: 16
17.6 Nº de leitos de isolamento nos setores de internação: 0
17.7 Nº total de leitos planejados: 30
17.8 Nº de leitos ocupados na data da vistoria: 30
17.9 Nº total de leitos operacionais: 38
17.10 No momento da vistoria foi detectada a superlotação: Não
17.11 Nº de cirurgias: 0
17.12 Consultas médicas de especialidades clínicas: 10 (Cerca de 10 pacientes/mês.)

18. PORTE DO HOSPITAL

18.1 Porte do Hospital: Porte I

19. QUARTO DE ISOLAMENTO

19.1 Respeita área mínima de 10m² para quarto de 1 leito: Não (Não possui leito de isolamento na enfermaria.)
19.2 Respeita área mínima de 7m²/leito para quarto de 2 leitos: Não
19.3 Há disponibilidade de um quarto para isolamento a cada 30 leitos ou fração: Não
19.4 Torneira com água fria: Não
19.5 Torneira com água quente: Não
19.6 Sinalização de enfermagem – Chamada de enfermagem: Não
19.7 Elétrica de emergência: Não
19.8 Armários estanques para roupa e materiais limpo e sujo anterior ao quarto: Não
19.9 Há banheiro privativo: Não
19.10 Fornece roupa para paciente internado: Não
19.11 Fornece enxoval de cama para paciente internado: Não
19.12 Fonte de oxigênio medicinal: **Não**
19.13 Fonte de ar comprimido medicinal: **Não**
19.14 Mecanismo de proteção nas janelas: **Não**
19.15 Cama regulável: Não
19.16 Escada de dois degraus: **Não**
19.17 Grades de proteção do leito instaladas e utilizadas adequadamente: **Não**
19.18 Área ou antecâmara de acesso ao quarto de isolamento: **Não**
19.19 São adotadas as medidas essenciais para a garantia da privacidade dos pacientes: **Não**



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

- 19.20 Há garantias de confidencialidade do ato médico: **Não**
19.21 Ambiente com conforto térmico: Não
19.22 Ambiente com conforto acústico: Não

20. SERVIÇO DE ANESTESIA – FÁRMACOS

- 20.1 Adenosina: Sim
20.2 Adrenalina: Sim
20.3 Amiodarona: Sim
20.4 Analgésicos não opioides e adjuvantes: Sim
20.5 Anestésicos inalatórios: Sim
20.6 Anestésicos locais: Sim
20.7 Antagonistas de bloqueadores neuromusculares (por competição e específicos): Sim
20.8 Antagonistas de opióides: Sim
20.9 Antieméticos: Sim
20.10 Atropina: Sim
20.11 Betabloqueadores de curta duração (Esmolol, Metoprolol): Sim
20.12 Bicarbonato de Sódio: Sim
20.13 Bloqueadores neuromusculares: Sim
20.14 Broncodilatadores: Sim
20.15 Cloreto de Cálcio: Sim
20.16 Cloreto de Potássio: Sim
20.17 Corticosteroides: Sim
20.18 Dantrolene sódico: **Não**
20.19 Dobutamina: Sim
20.20 Dopamina: Sim
20.21 Expansores Plasmáticos (Fluidos Cristalóides e Colóides) Sintéticos e Naturais: Sim
20.22 Furosemida: Sim
20.23 Gluconato de cálcio: Sim
20.24 Hipnoindutores: Sim
20.25 Inibidores H2: Sim
20.26 Lidocaína: Sim
20.27 Metaraminol: Sim
20.28 Nitroglicerina: Sim
20.29 Nitroprussiato de Sódio: Sim
20.30 Noradrenalina: Sim
20.31 Opióides: Sim
20.32 Soluções para hidratação: Sim
20.33 Sulfato de efedrina/fenilefrina: Sim
20.34 Sulfato de Magnésio: Sim
20.35 Vasopressina: Sim

21. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

- 21.1 Atendimento em especialidades: Não

22. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 22.1 Há Acolhimento com Classificação de Risco: Sim
22.2 Afere os sinais vitais no acesso dos pacientes ao serviço de urgência e emergência: Sim
22.3 Pressão arterial: Sim
22.4 Pulso / frequência cardíaca: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



- 22.5 Temperatura: Sim
22.6 Glicemia capilar: Sim
22.7 O acesso do paciente à Classificação de Risco é imediato: Sim
22.8 A Classificação de Risco é realizada exclusivamente por profissional de saúde graduado em Enfermagem ou Medicina: Sim
22.9 Realizada por Enfermeiro: Sim
22.10 O protocolo adotado é baseado em sintomas: Sim
22.11 O protocolo adotado respeita a vedação à definição de diagnóstico médico por não médico: Sim
22.12 Uma vez classificado o risco por enfermeiro, o paciente é SEMPRE encaminhado para o atendimento médico: Sim
22.13 Realizada por Médico: Sim
22.14 Há Protocolo de Classificação de Risco: Sim
22.15 Manchester: Sim
22.16 Os fluxos estabelecidos são cumpridos: **Não** (A classificação de risco está sendo realizada no posto de enfermagem da Sala de Observação e da Sala Vermelha (Sala de Reanimação). Informa que a Sala da Classificação de Risco está em reforma. Não sabe informar quando ficará pronta. O ambiente da Sala de Observação se confunde com o ambiente da Sala de Observação (fotografias em anexo).)
22.17 São adotadas medidas para garantia de privacidade para o paciente: **Não**

23. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CORPO MÉDICO

- 23.1 Há previsão de médicos plantonistas presenciais (escala) para o Serviço Hospitalar de Urgência e Emergência: Sim
23.2 Há previsão formal de disponibilidade de um médico exclusivo para cada dois leitos, ou fração, na Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves: **Não**
23.3 Há previsão de médicos plantonistas presenciais (escala) para o atendimento às intercorrências de pacientes internados no hospital: **Não**

24. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – ESTRUTURA DA UNIDADE

- 24.1 Entrada da ambulância tem acesso ágil para a Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves: Sim
24.2 Área externa para embarque e desembarque da ambulância é coberta: Sim
24.3 Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves : Sim
24.4 Mínimo de dois leitos: Sim
24.5 Sala de Classificação de Risco: Sim (Informa que a sala da classificação de risco está em reforma e está utilizando a area da observação para realizar a classificação de risco.)
24.6 Consultório Médico: Sim
24.7 Sala de Medicação: Sim
24.8 Sala de Observação: Sim
24.9 Sala de Isolamento : **Não**
24.10 Sala específica para atendimento a pacientes psiquiátricos: **Não**

25. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS

- 25.1 Ácido acetilsalicílico 100: Sim
25.2 Ácido acetilsalicílico 500: Sim
25.3 Adrenalina: Sim
25.4 Água destilada: Sim
25.5 Álcool 70%: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



25.6 Aminofilina: Sim
25.7 Amiodarona: Sim
25.8 Ampicilina: Sim
25.9 Anlodipino: Sim
25.10 Atenolol: Sim
25.11 Atropina: Sim
25.12 Bicarbonato de sódio: Sim
25.13 Brometo de ipratrópio: Sim
25.14 Bromoprida: Sim
25.15 Captopril: Sim
25.16 Carbamazepina: Sim
25.17 Carvão ativado: Sim
25.18 Cefalotina: Sim
25.19 Ceftriaxona: Sim
25.20 Cetoprofeno: Sim
25.21 Ciprofloxacino: Sim
25.22 Clindamicina: Sim
25.23 Cloreto de potássio (ampolas): Sim
25.24 Cloreto de sódio (ampolas): Sim
25.25 Clorexidina: Sim
25.26 Cloridrato de naloxona: Sim
25.27 Deslanosídeo: Sim
25.28 Dexametasona: Sim
25.29 Diazepan: Sim
25.30 Digoxina: Sim
25.31 Dimenidrinato: Sim
25.32 Dipirona: Sim
25.33 Dopamina: Sim
25.34 Enalapril: Sim
25.35 Enema/Clister glicerinado: Sim
25.36 Enoxaparina: Sim
25.37 Espironolactona: Sim
25.38 Etilefrina: Sim
25.39 Fenitoína: Sim
25.40 Fenobarbital: Sim
25.41 Fenoterol: Sim
25.42 Flumazenil: Sim
25.43 Furosemida: Sim
25.44 Glicose hipertônica: Sim
25.45 Glicose isotônica: Sim
25.46 Gluconato de cálcio: Sim
25.47 Heparina: Sim
25.48 Hidralazina: Sim
25.49 Hidrocortisona: Sim
25.50 Hioscina: Sim
25.51 Insulina NPH: Sim
25.52 Insulina regular: Sim
25.53 Isossorbida: Sim
25.54 Lidocaína: Sim
25.55 Manitol: Sim
25.56 Metilergometrina: **Não**
25.57 Metoclopramida: Sim
25.58 Metoprolol: Sim
25.59 Metronidazol: Sim
25.60 Midazolan: Sim
25.61 Misoprostol: Sim
25.62 Morfina: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



25.63 Nifedipina: Sim
25.64 Nitroprussiato de sódio: Sim
25.65 Noradrenalina: Sim
25.66 Ocitocina: Sim
25.67 Óleo mineral: Sim
25.68 Omeprazol: Sim
25.69 Ondansetrona: Sim
25.70 Paracetamol: Sim
25.71 Prometazina: Sim
25.72 Propranolol: Sim
25.73 Ranitidina: Sim
25.74 Ringer lactato: Sim
25.75 Sais para reidratação oral: Sim
25.76 Salbutamol: Sim
25.77 Solução fisiológica 0,9%: Sim
25.78 Solução glicosada 5%: Sim
25.79 Sulfato de magnésio: Sim
25.80 Tenoxicam: Sim
25.81 Tramadol: Sim
25.82 Verapamil: Sim
25.83 Vitamina B1/Tiamina: Sim
25.84 Vitamina K/Fitomenadiona: Sim
25.85 Dobutamina: Sim

26. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

26.1 Há mais de 50.000 atendimentos/ano no setor: Não
26.2 É respeitado o tempo máximo de permanência de paciente da Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves de até quatro (04) horas: Sim
26.3 É respeitado o tempo máximo de permanência de paciente no Serviço Hospitalar de Urgência e Emergência de até vinte e quatro (24) horas: Sim
26.4 É respeitada a vedação à internação de pacientes no Serviço Hospitalar de Urgência e Emergência: Sim
26.5 Há passagem de plantão, médico a médico: Sim

27. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SALA DE ISOLAMENTO – ADULTO

27.1 Área ou antecâmara de acesso ao quarto com lavatório: Não
27.2 Armário para acondicionar roupas e materiais limpos: Não
27.3 Hamper para acondicionar roupas sujas: Não
27.4 Pia com água corrente para uso da equipe de saúde: Não
27.5 Sabonete líquido: Não
27.6 Toalha de papel: Não
27.7 Visor que permita visibilidade da enfermagem: Não
27.8 Sanitário para portador de necessidades especiais: Não

28. SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SALA DE REANIMAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE PACIENTES GRAVES (SALA DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA OU VERMELHA) – ADULTO

28.1 Conta com, no mínimo, duas macas/leitos: Sim
28.2 Pia com água corrente: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

28.3 Sabonete líquido: Sim
28.4 Toalhas de papel: Sim
28.5 Cânulas / tubos endotraqueais: Sim
28.6 Cânulas naso ou orofaríngeas: Sim
28.7 Máscara laríngea: Sim
28.8 Seringas, agulhas e equipo para aplicação endovenosa: Sim
28.9 Sondas para aspiração: Sim
28.10 Sondas dentro do prazo de validade de esterilização : Sim
28.11 Adrenalina/Epinefrina: Sim
28.12 Água destilada: Sim
28.13 Aminofilina: Sim
28.14 Amiodarona: Sim
28.15 Atropina: Sim
28.16 Brometo de Ipratrópio: Sim
28.17 Cloreto de potássio: Sim
28.18 Cloreto de sódio: Sim
28.19 Deslanosídeo: Sim
28.20 Dexametasona: Sim
28.21 Diazepam: Sim
28.22 Diclofenaco de Sódio: Sim
28.23 Dipirona: Sim
28.24 Dopamina: Sim
28.25 Escopolamina/Hioscina: Sim
28.26 Fenitoína: Sim
28.27 Fenobarbital: Sim
28.28 Furosemida: Sim
28.29 Glicose: Sim
28.30 Haloperidol: Sim
28.31 Hidrocortisona: Sim
28.32 Isossorbida: Sim
28.33 Lidocaína: Sim
28.34 Meperidina ou equivalente: **Não**
28.35 Midazolan: Sim
28.36 Ringer Lactato: Sim
28.37 Soro Glico-Fisiológico: Sim
28.38 Solução glicosada: Sim
28.39 Dobutamina: Sim
28.40 Os medicamentos estão dentro do prazo de validade: Sim
28.41 Fonte de oxigênio com máscara aplicadora e umidificador: Sim
28.42 Aspirador de secreções: Sim
28.43 Desfibrilador com monitor: Sim
28.44 EPI (equipamentos de proteção individual: luvas, máscaras e óculos): Sim
28.45 Laringoscópio com lâminas adequadas: Sim
28.46 Oxímetro de pulso: Sim
28.47 Ressuscitador manual do tipo balão auto inflável com reservatório e máscara: Sim

29. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – AMBIENTES DE APOIO

29.1 Posto de enfermagem com visualização dos leitos: **Não**
29.2 Sala de utilidades: Sim
29.3 Sala de espera para acompanhantes e visitantes: **Não**
29.4 Copa: **Não**
29.5 Farmácia satélite: **Não**



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

30. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – CARACTERIZAÇÃO

- 30.1 Leitos planejados (número): 20
- 30.2 Leitos de isolamento (número): 2
- 30.3 Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista: Sim
- 30.4 Unidade de Tratamento Intensivo Especializada: Sim
- 30.5 Coronariana ou Cardiovascular: Sim

31. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO - CRITÉRIOS DE ADMISSÃO E ALTA

- 31.1 Há registro formal da adoção de critérios para admissão na Unidade de Tratamento Intensivo: Sim
- 31.2 Diagnóstico e necessidade do paciente: Sim
- 31.3 Serviços médicos disponíveis na instituição: Sim
- 31.4 Priorização de acordo com a condição do paciente: Sim
- 31.5 Disponibilidade de leitos: Sim
- 31.6 Potencial benefício para o paciente com as intervenções terapêuticas e prognóstico: Sim
- 31.7 As decisões sobre admissão em Unidade de Tratamento Intensivo são feitas de forma explícita: Sim
- 31.8 É respeitada a vedação à discriminação por questões de religião, etnia, sexo, nacionalidade, cor, orientação sexual, idade, condição social, opinião política, deficiência ou quaisquer outras formas de discriminação: Sim
- 31.9 As solicitações de vagas para a Unidade de Tratamento Intensivo são justificadas e registradas no prontuário do paciente pelo médico solicitante.: Sim
- 31.10 Há registro formal da adoção de critérios de priorização de admissão na Unidade de Tratamento Intensivo: Sim
- 31.11 Prioridade 1: Pacientes que necessitam de intervenções de suporte à vida, com alta probabilidade de recuperação e sem nenhuma limitação de suporte terapêutico: Sim
- 31.12 Prioridade 2: Pacientes que necessitam de monitorização intensiva, pelo alto risco de precisarem de intervenção imediata, e sem nenhuma limitação de suporte terapêutico: Sim
- 31.13 Prioridade 3: Pacientes que necessitam de intervenções de suporte à vida, com baixa probabilidade de recuperação ou com limitação de intervenção terapêutica: Sim
- 31.14 Prioridade 4: Pacientes que necessitam de monitorização intensiva, pelo alto risco de precisarem de intervenção imediata, mas com limitação de intervenção terapêutica: Sim
- 31.15 Prioridade 5: Pacientes com doença em fase de terminalidade, ou moribundos, sem possibilidade de recuperação, considerando as peculiaridades do caso e condicionado ao critério do médico intensivista: Sim
- 31.16 A admissão na Unidade de Tratamento Intensivo é realizada pelo médico intensivista, considerando a indicação médica: Sim
- 31.17 A admissão do paciente na Unidade de Tratamento Intensivo é comunicada à família e/ou responsável legal.: Sim
- 31.18 A alta da Unidade de Tratamento Intensivo é realizada pelo médico intensivista, considerando a indicação médica: Sim
- 31.19 As decisões sobre alta da Unidade de Tratamento Intensivo são feitas de forma explícita: Sim
- 31.20 É respeitada a vedação à discriminação por questões de religião, etnia, sexo, nacionalidade, cor, orientação sexual, idade, condição social, opinião política, deficiência ou quaisquer outras formas de discriminação: Sim
- 31.21 Há registro formal da adoção de critérios para alta do paciente da Unidade de Tratamento Intensivo: Sim
- 31.22 Paciente com quadro clínico controlado e estabilizado: Sim
- 31.23 Paciente com arsenal terapêutico curativo/restaurativo esgotado: Sim
- 31.24 A alta do paciente na Unidade de Tratamento Intensivo é comunicada à família e/ou responsável legal.: Sim
- 31.25 Os protocolos de admissão e alta na UTI são divulgados pelo Diretor Clínico ao Corpo Clínico



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



do hospital e aos gestores do sistema de saúde: Sim

32. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – EQUIPE MÉDICA / DIMENSIONAMENTO

32.1 Para cada dez leitos, ou fração, há um médico intensivista rotineiro/diarista/horizontal, matutino e vespertino: **Não**

32.2 Há um médico plantonista/vertical para cada dez (10) leitos ou fração: Sim

33. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – EQUIPE MÉDICA / QUALIFICAÇÃO

33.1 Há equipe médica específica da UTI Adulto: Sim

33.2 Médico responsável técnico: Sim

33.3 Médico diarista/rotineiro/horizontal: **Não** (Informa que há médico diarista em apenas um turno.)

33.4 Médico plantonista: Sim

33.5 TODOS os médicos rotineiros/diaristas/horizontais, matutino e vespertino, possuem Registro de Qualificação de Especialista em Medicina Intensiva junto ao CRM da jurisdição: **Não** (Não obtivemos acesso a escala de médicos rotineiros/diaristas/horizontais, matutino e vespertino. Informa que não conta com escala de médicos rotineiros/diaristas nos dois turnos. Conta com médico rotineiro/diarista/horizontal em apenas um turno. Durante a vistoria não foi identificado nenhum médico rotineiro/diarista/horizontal nas UTIs (Geral e Cardiológica/Coronariana).)

34. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO - RECURSOS ASSISTENCIAIS

34.1 Assistência nutricional: Sim

34.2 Terapia nutricional (enteral e parenteral): Sim

34.3 Assistência farmacêutica: Sim

34.4 Assistência fonoaudiológica: Sim

34.5 Assistência psicológica: Não

34.6 Assistência odontológica: Não

34.7 Assistência social: Sim

34.8 Assistência clínica vascular: Sim

34.9 Assistência de terapia ocupacional: Não

34.10 Assistência clínica cardiovascular: Sim

34.11 Assistência clínica neurológica: Não

34.12 Assistência clínica ortopédica: Sim

34.13 Assistência clínica urológica: Não

34.14 Assistência clínica gastroenterológica: Não

34.15 Assistência clínica nefrológica, incluindo hemodiálise: Sim

34.16 Assistência clínica hematológica: Não

34.17 Assistência hemoterápica: Sim

34.18 Assistência oftalmológica: Não

34.19 Assistência de otorrinolaringológica: Não

34.20 Assistência clínica de infectologia: Sim

34.21 Assistência clínica ginecológica: Não

34.22 Assistência cirúrgica geral: Não

34.23 Serviço de laboratório clínico, incluindo microbiologia e hemogasometria: Sim

34.24 Serviço de radiografia móvel: Sim

34.25 Serviço de ultrassonografia portátil: Sim

34.26 Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa: Não

34.27 Serviço de fibrobroncoscopia: Não

34.28 Serviço de diagnóstico clínico e notificação compulsória de morte encefálica: Não



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



35. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – RECURSOS HUMANOS (NÃO MÉDICOS)

- 35.1 Enfermeiro assistencial - 01 (um) para cada 08 (oito) leitos ou fração, em cada turno: Sim
35.2 Técnico de enfermagem - 01 (um) para cada 02 (dois) leitos, em cada turno: Sim
35.3 Técnico de enfermagem – 01 (um) por UTI para serviços de apoio assistencial, em cada turno: Sim
35.4 Farmacêutico: Sim
35.5 Nutricionista: Sim
35.6 Fisioterapeuta - 01 (um) para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno: Sim
35.7 Funcionários exclusivos para serviço de limpeza da unidade, em cada turno: Sim
35.8 Engenheiro clínico: Sim
35.9 Fonoaudiólogo: Não
35.10 Psicólogo: Não
35.11 Cirurgião-Dentista: Não

36. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – RECURSOS MATERIAIS

- 36.1 Fita métrica: Sim
36.2 Negatoscópio ou outro meio digital que possibilite a leitura da imagem: Sim
36.3 Materiais para aspiração traqueal em sistemas aberto e fechado: Sim
36.4 Aspirador a vácuo portátil: Sim
36.5 Cuffômetro: Sim
36.6 Ventilômetro portátil: Sim
36.7 Materiais para curativos: Sim
36.8 Materiais para cateterismo vesical de demora em sistema fechado: Sim
36.9 Dispositivo para elevar, transpor e pesar o paciente: **Não**
36.10 Material para punção lombar: Sim
36.11 Materiais para procedimentos de drenagem liquórica em sistema fechado: **Não**
36.12 Oftalmoscópio: **Não**
36.13 Otoscópio: **Não**
36.14 Materiais para procedimentos de drenagem torácica em sistema fechado: Sim
36.15 Materiais para procedimentos de traqueostomia: Sim
36.16 Foco cirúrgico portátil: Sim
36.17 Materiais para procedimentos de flebotomia: Sim
36.18 Materiais para monitorização de pressão venosa central: Sim
36.19 Materiais e equipamentos para monitorização: Sim
36.20 Materiais para punção pericárdica: Sim
36.21 Disponibilidade de aparelho móvel de Raios X: Sim
36.22 Monitor de pressão intracraniana - PIC: **Não**
36.23 Materiais para procedimentos de sondagem vesical: Sim
36.24 Materiais para procedimentos de diálise peritoneal: Sim
36.25 Monitor de débito cardíaco: Sim
36.26 Relógios e calendários posicionados de forma a permitir visualização em todos os leitos: **Não**
36.27 Refrigerador com temperatura interna de 2 a 8°: Sim
36.28 Exclusivo para guarda de medicamentos: Sim
36.29 Monitorização e registro de temperatura a intervalos máximos de 24 horas: Sim
36.30 Cama hospitalar com ajuste de posição, grades laterais e rodízios: Sim
36.31 Ressuscitador manual do tipo balão auto inflável com reservatório e máscara adulto: Sim
36.32 Estetoscópio clínico: Sim
36.33 Conjunto para nebulização: Sim
36.34 Bomba de infusão (quatro – 04 - por leito): Sim
36.35 Equipamentos e materiais para monitorização contínua: Sim
36.36 Frequência respiratória: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

36.37 Oximetria de pulso: Sim
36.38 Frequência cardíaca: Sim
36.39 Cardioscopia: Sim
36.40 Temperatura: Sim
36.41 Pressão arterial não-invasiva: Sim
36.42 Ressuscitador manual do tipo balão auto inflável com reservatório e máscara (um para cada dois leitos): Sim
36.43 Máscara de oxigênio adulto (um para cada dois leitos): Sim
36.44 Ventilador pulmonar mecânico microprocessado (um para cada dois leitos): Sim
36.45 Para cada três (03) leitos, há disponibilidade de uma bomba de infusão como reserva operacional: Sim
36.46 Desfibrilador e cardioversor com bateria (um para cada cinco leitos): Sim
36.47 Glicosímetro (um para cada cinco leitos): Sim
36.48 Poltrona com revestimento impermeável (um para cada cinco leitos): Sim
36.49 Ventilador pulmonar mecânico microprocessado para reserva operacional (um para cada cinco leitos): Sim
36.50 Materiais de interface facial para ventilação pulmonar não invasiva (um para cada cinco leitos): Sim
36.51 Materiais e equipamentos para monitorização de pressão arterial invasiva (um para cada cinco leitos): Sim
36.52 Kit / carrinho de emergência (um para cada cinco leitos): Sim
36.53 Ressuscitador manual com reservatório: Sim
36.54 Laringoscópio com cabos, lâminas e pilhas: Sim
36.55 Tubos/cânulas endotraqueais: Sim
36.56 Fixadores de tubo endotraqueal: Sim
36.57 Cânulas de Guedel: Sim
36.58 Fio guia estéril: Sim
36.59 Realiza averiguação periódica dos componentes do carrinho de reanimação: Sim
36.60 Há lacre numerado: Sim
36.61 Capnógrafo (um para cada dez leitos): **Não**
36.62 Monitor de pressão arterial invasiva para reserva operacional (um para cada dez leitos): Sim
36.63 Eletrocardiógrafo (um para cada dez leitos): Sim
36.64 Marcapasso cardíaco externo transtorácico temporário com eletrodos e gerador (um para cada dez leitos): Sim
36.65 Conjunto para transporte (um para cada dez leitos): Sim
36.66 Maca para transporte com grades laterais, suporte para soluções parenterais e suporte para cilindro de oxigênio: Sim
36.67 Monitor cardíaco multiparamétrico para transporte com bateria: Sim
36.68 Ventilador mecânico específico para transporte, com bateria: Sim
36.69 Kit / maleta de emergência p/ acompanhar o transporte de pacientes graves: Sim
36.70 Cilindro transportável de oxigênio: Sim

37. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – RESPONSABILIDADE TECNICA

37.1 Há Médico responsável técnico: Sim

38. UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS (NO HOSPITAL)

38.1 Centro cirúrgico: Sim
38.2 Serviço de Radiologia Convencional: Sim
38.3 Ecodopplercardiografia: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



39. CORPO CLÍNICO

CRM	NOME	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
14055-PE	CARLOS SÉRGIO LUNA GOMES DUARTE (CIRURGIA CARDIOVASCULAR (Registro: 214), MEDICINA INTENSIVA (Registro: 2887), CIRURGIA GERAL (Registro: 213))	Regular	Coordenador da UTI Geral
12489-PE	ANDRÉ LUIZ CORDEIRO DA SILVA	Regular	Identificado no plantão da UTI Geral.
9836-PE	VINICIUS FILIZOLA NOGUEIRA	Regular	Identificado no plantão da UTI cardiológica.
9548-PE	ROBERTO PIRES DA COSTA ALECRIM (CARDIOLOGIA (Registro: 11546))	Regular	Identificado no plantão da urgência/emergência.
22413-PE	AUREMAR FERREIRA DA SILVA	Regular	
17199-PE	CARLOS TADEU DE OLIVEIRA LEONIDIO (INFECTOLOGIA (Registro: 2181))	Regular	Diretor Técnico
5244-PE	MAURILIO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA (CARDIOLOGIA (Registro: 913))	Regular	
17052-PE	NELSON FERNANDO EUGENIO HURTADO (CARDIOLOGIA (Registro: 2995), CARDIOLOGIA - Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista (Registro: 10025))	Regular	Coordenador da UTI Cardio

40. CONSTATAÇÕES

40.1

Informa que os médicos plantonistas da Urgência/Emergência realizam atendimentos as intercorrências dos pacientes internados.

40.2

Atenção a Resolução CFM 2147/2016 - Art 5º III) Determinar que, excepcionalmente nas medidas imperiosas com risco de morte que possam caracterizar omissão de socorro, os médicos plantonistas de UTIs e Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência não sejam deslocados para fazer atendimentos fora de seus setores. Resolução Cremepe nº Resolução CREMEPE 12/2014 resolve vedar ao médico plantonista ausentar-se de seu plantão para exercer cumulativamente a função de evolucionista ou qualquer atendimento de intercorrência que não no âmbito da emergência, vedando ainda exercer especialidade para o qual não esteja habilitado.

40.3

Informa que não possui médico rotineiro/diarista/horizontal nos dois turnos (matutino e vespertino). Refere que há médico diarista/horizontal em apenas um turno.



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



40.4

Atenção a Resolução do CFM 2271/2020;

Anexo 2 - Equipe Médica em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e em Unidades de Cuidados Intermediários (UCI): Habilitação e Atribuições;

Quadro 1;

UTI - Médico intensivista de rotina/diarista matutino e vespertino: 1:10 ou fração.

Assim como a RDC N°7, de 24 de fevereiro de 2010; Seção III, Recursos Humanos, Art. 14

I - Médico diarista/rotineiro: 01 (um) para cada 10 (dez) leitos ou fração, nos turnos matutino e vespertino.

40.5

Portaria n° 3432, de 12 de agosto de 1998

Unidade de tratamento intensivo,

2.1 - Deve contar com equipe básica composta por:

- um médico diarista com título de especialista em medicina intensiva para cada dez leitos ou fração, nos turnos da manhã e da tarde.

41. RECOMENDAÇÕES

41.1 QUARTO DE ISOLAMENTO:

41.1.1. **Respeita área mínima de 10m² para quarto de 1 leito:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.2. **Respeita área mínima de 7m²/leito para quarto de 2 leitos:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.3. **Há disponibilidade de um quarto para isolamento a cada 30 leitos ou fração:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.4. **Torneira com água fria:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

novembro de 2011.

41.1.5. Torneira com água quente: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.6. Sinalização de enfermagem – Chamada de enfermagem: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.7. Elétrica de emergência: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.8. Armários estanques para roupa e materiais limpo e sujo anterior ao quarto: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.9. Há banheiro privativo: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011.

41.1.10. Fornece roupa para paciente internado: Item recomendatório conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016)

41.1.11. Fornece enxoval de cama para paciente internado: Item recomendatório conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016)

41.1.12. Ambiente com conforto térmico: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “b”; Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 36

41.1.13. Ambiente com conforto acústico: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “b” e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 36.

41.2 UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO - RECURSOS ASSISTENCIAIS:

41.2.1. Assistência psicológica: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



41.2.2. **Assistência odontológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.3. **Assistência de terapia ocupacional:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.4. **Assistência clínica neurológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.5. **Assistência clínica urológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.6. **Assistência clínica gastroenterológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.7. **Assistência clínica hematológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.8. **Assistência oftalmológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.9. **Assistência de otorrinolaringológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.10. **Assistência clínica ginecológica:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.11. **Assistência cirúrgica geral:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: 76704394400 em 30/08/2024 às 10:45

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda 384/2024 e código verificador abaixo do QR CODE



Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.12. Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.13. Serviço de fibrobroncoscopia: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

41.2.14. Serviço de diagnóstico clínico e notificação compulsória de morte encefálica: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 18. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42. IRREGULARIDADES

42.1 SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

42.1.1. São adotadas medidas para garantia de privacidade para o paciente. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 23 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV alínea “g” e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativa relacionada: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “b” e Resolução CFM nº 2021/13

42.1.2. Os fluxos estabelecidos são cumpridos. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia (Arq. Bras. Cardiol: 2013) e III Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia Sobre Teste Ergométrico (Arq. Bras. Cardiol 2010) e Resolução CFM nº 2021/13

42.2 CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA EM REGIME DE INTERNAÇÃO - COMPLEMENTO:

42.2.1. Sala de isolamento para os casos indicados. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 27 Inciso VI

42.3 NOTIFICAÇÃO IMEDIATA:

42.3.1. Escalas de médicos plantonistas estão completas, garantindo a continuidade da segurança assistencial. Não. Irregularidade elegível para notificação imediata, conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I alínea “c”

42.4 SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS:

42.4.1. Metilergometrina. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: 76704394400 em 30/08/2024 às 10:45

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda 384/2024 e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.5 UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – RECURSOS MATERIAIS:

42.5.1. Capnógrafo (um para cada dez leitos). Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.5.2. Relógios e calendários posicionados de forma a permitir visualização em todos os leitos. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.5.3. Monitor de pressão intracraniana - PIC. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.5.4. Otoscópio. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.5.5. Oftalmoscópio. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.5.6. Materiais para procedimentos de drenagem líquórica em sistema fechado. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.5.7. Dispositivo para elevar, transpor e pesar o paciente. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: 76704394400 em 30/08/2024 às 10:45

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda 384/2024 e código verificador abaixo do QR CODE



(atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 58. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011.

42.6 UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – EQUIPE MÉDICA / DIMENSIONAMENTO:

42.6.1. Para cada dez leitos, ou fração, há um médico intensivista rotineiro/diarista/horizontal, matutino e vespertino. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II, IV, V e VI. e Resolução CFM nº 2.271/2020: Artigos 2º, 3º e Anexo 2.

42.7 UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – EQUIPE MÉDICA / QUALIFICAÇÃO:

42.7.1. TODOS os médicos rotineiros/diaristas/horizontais, matutino e vespertino, possuem Registro de Qualificação de Especialista em Medicina Intensiva junto ao CRM da jurisdição. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I, II, IV, V e VI. e Resolução CFM nº 2.271/2020: Artigos 2º, 3º e Anexo II.

42.7.2. Médico diarista/rotineiro/horizontal. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. e Resolução CFM nº 2.056/2013: Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016: Anexo Artigo Segundo Parágrafo Terceiro Incisos I, II, IV, V e VI. e Resolução CFM nº 2.271/2020: Artigo 3º. e Resolução CFM nº 2.271/2020: Artigos 2º, 3º e Anexo II.

42.8 SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – ESTRUTURA DA UNIDADE:

42.8.1. Sala específica para atendimento a pacientes psiquiátricos. Não. Item não conforme I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia (Arq. Bras. Cardiol: 2013) e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV alínea “g” e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativa relacionada: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

42.8.2. Sala de Isolamento . Não. Item não conforme I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia (Arq. Bras. Cardiol: 2013) e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV alínea “g” e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativa relacionada: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

42.9 SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CORPO MÉDICO:

42.9.1. Há previsão de médicos plantonistas presenciais (escala) para o atendimento às intercorrências de pacientes internados no hospital. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II, V, VI e X. Item não conforme Artigos 17, 18, 19, 20 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.9.2. Há previsão formal de disponibilidade de um médico exclusivo para cada dois leitos, ou fração , na Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014: Artigo 4º e Anexo. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Incisos I e IV alínea “g” e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II, V, VI e X. Item não conforme Artigos 17, 18, 19, 20 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018.

42.10 SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SALA DE REANIMAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE PACIENTES GRAVES (SALA DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA OU VERMELHA) – ADULTO:

42.10.1. Meperidina ou equivalente. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11 SERVIÇO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SALA DE ISOLAMENTO – ADULTO:

42.11.1. Sanitário para portador de necessidades especiais. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.2. Visor que permita visibilidade da enfermagem. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.3. Toalha de papel. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.4. Sabonete líquido. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.5. Pia com água corrente para uso da equipe de saúde. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.6. Hamper para acondicionar roupas sujas. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.7. Armário para acondicionar roupas e materiais limpos. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.11.8. Área ou antecâmara de acesso ao quarto com lavatório. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.077/2014. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.12 CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA EM REGIME DE INTERNAÇÃO:

42.12.1. Há médico plantonista exclusivo para atendimento das intercorrências de pacientes internados . Não. Item não conforme .Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e .Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV

42.13 SERVIÇO DE ANESTESIA – FÁRMACOS:

42.13.1. Dantrolene sódico. Não. Item não conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e .Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X e Resolução CFM nº 1.670/2003 e Resolução CFM nº 2.174/2017: Artigo 3º Inciso IV e Anexo IX. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

42.14 UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO ADULTO – AMBIENTES DE APOIO:

42.14.1. Farmácia satélite. Não. Item não conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativa relacionada: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011. e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.14.2. Copa. Não. Item não conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 10. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.14.3. Sala de espera para acompanhantes e visitantes. Não. Item não conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 10. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.14.4. Posto de enfermagem com visualização dos leitos. Não. Item não conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 7, de 24 de fevereiro de 2010: Artigo 10. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº. 63 de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.15 QUARTO DE ISOLAMENTO:

42.15.1. Há garantias de confidencialidade do ato médico. Não. Item não conforme .Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



(atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “e” e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17.

42.15.2. São adotadas as medidas essenciais para a garantia da privacidade dos pacientes. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016) e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “b” e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17.

42.15.3. Área ou antecâmara de acesso ao quarto de isolamento. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.15.4. Grades de proteção do leito instaladas e utilizadas adequadamente. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.15.5. Escada de dois degraus. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.15.6. Mecanismo de proteção nas janelas. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.15.7. Fonte de ar comprimido medicinal. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



42.15.8. Fonte de oxigênio medicinal. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X.

42.16 COMISSÃO DE REVISÃO DE PRONTUÁRIOS:

42.16.1. Comissão de Revisão de Prontuários. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 1.638/2002. Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, X e XI. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016)

42.17 INFORMAÇÕES CADASTRAIS / CORPO CLÍNICO:

42.17.1. O Corpo Clínico constatado durante a vistoria está atualizado junto ao CRM-UF. Não. Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 7º. Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2018 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018.

42.18 DADOS CADASTRAIS:

42.18.1. SE PRIVADO: Há alvará sanitário autorizando todas as atividades executadas no estabelecimento. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 64 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977: Artigo 10 Inciso II; Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigos 10.

42.18.2. Certificado de Regularidade - Exposto. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 8º Parágrafo Terceiro. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 68 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016).

43. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anexo ao relatório encontra-se os seguintes documentos entregues a equipe de fiscalização durante a vistoria:

- Escala dos médicos plantonistas do mês de agosto de 2024, nos turnos da manhã/tarde e noite de segunda-feira a sexta-feira e dos finais de semana. Enfatizo que não há o nome completo nem o CRM dos médicos.
- Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica do Cremepe;
- Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiro;



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

- Declaração de tramitação da Secretaria de Saúde de Olinda, Diretoria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Sanitária.

Olinda - PE, 19 de Agosto de 2024.



Dr(a). Sylvio de Vasconcellos e Silva Neto

CRM - PE - 10589

Médico(a) Fiscal

44. ANEXOS



Item não conforme: Inscrição CRM-UF (Privado)




Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Item não conforme: Inscrição CRM-UF (Privado)

 **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Inscrito sob CRM nº. 3936	CNPJ 28.739.553/0001-80	Inscrição 04/09/2019	Validade 04/09/2024
Razão Social META - SERVIÇOS HOSPITALARES E CONSULTORIA EM SAÚDE		Nome Fantasia	
Endereço R EDUARDO DE MORAES, 301 - BAIRRO NOVO	Município / UF OLINDA/PE	CEP 53030-250	
Responsável Técnico 17199 - CARLOS TADEU DE OLIVEIRA LEONIDIO		Classificação HOSPITAL ESPECIALIZADO	

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº. 6.839, de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº. 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é válido até 04/09/2024. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

Chave de validação nº. **4c43ec19bdb2f4ad4690afe8c2eaf71ca93067d5**
Emitida eletronicamente via internet em **13/09/2023**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do CREMEPE:
<http://www.cremepe.org.br/>

Certificado de Regularidade - Válido



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

ATESTADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS
TERMO DE COMPROMISSO

Válido até 28/05/2025

Protocolo nº: 2310020211531 Projeto de Incêndio nº: 2020020082023

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, atesta que o estabelecimento abaixo especificado atende as exigências contidas no Código de Segurança Contra Incêndio de Pânico (COSCIPI), em vigor no Estado de Pernambuco.

Razão Social: META - SERVICOS HOSPITALARES E CONSULTORIA EM SAUDE EIRELI
Nome Fantasia: HOSPITAL SÃO SALVADOR
CPF/CNPJ: 28.739.553/0001-80
Atividade Econômica Principal: 8610101 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
Endereço: RUA EDUARDO DE MORAIS, nº 301 - CEP: 53.030-250
Bairro: BAIRRO NOVO Município: OLINDA - PE
Área: 1705,16 m² Risco: COMERCIAL
Capacidade Máxima de Pessoas: 100
Tipo da Ocupação: TIPO I - HOSPITALAR

Observações:
AVCB EMITIDO CONFORME SEI Nº 3900000739.000016/2024-52 E CONDICIONADO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 2024.645.01, VÁLIDO ATÉ 13JUL2024.
Este AVCB poderá ser descondicionado do Termo de Compromisso supracitado, se durante a validade do AVCB, forem cumpridas todas as Medidas Compensatórias.

Deferido por: TC BRUNO GOMES DE LUCENA Chefe do CAT / RMR

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ec6ceb3cd24b867

Atenção:
• A autenticidade deste documento deverá ser confirmada através do Portal do Corpo de Bombeiros, no endereço www.bombeiros.pe.gov.br.
• Este documento poderá ser cassado, dentro do prazo de validade, se for constatada qualquer irregularidade.

Alvará bombeiros - Disponível

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

ATESTADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS
TERMO DE COMPROMISSO

Válido até 28/05/2025

Protocolo nº: 2310020211531 Projeto de Incêndio nº: 2020020082023

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, atesta que o estabelecimento abaixo especificado atende as exigências contidas no Código de Segurança Contra Incêndio de Pânico (COSCIPI), em vigor no Estado de Pernambuco.

Razão Social: META - SERVICOS HOSPITALARES E CONSULTORIA EM SAUDE EIRELI
Nome Fantasia: HOSPITAL SÃO SALVADOR
CPF/CNPJ: 28.739.553/0001-80
Atividade Econômica Principal: 8610101 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
Endereço: RUA EDUARDO DE MORAIS, nº 301 - CEP: 53.030-250
Bairro: BAIRRO NOVO Município: OLINDA - PE
Área: 1705,16 m² Risco: COMERCIAL

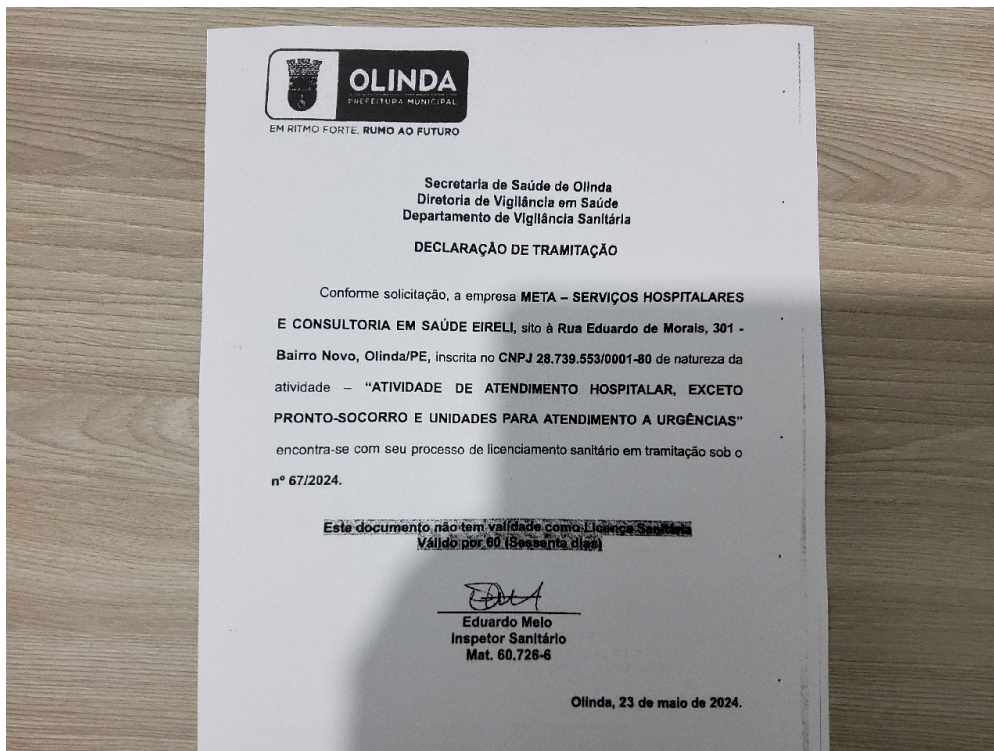
Alvará bombeiros - Validade



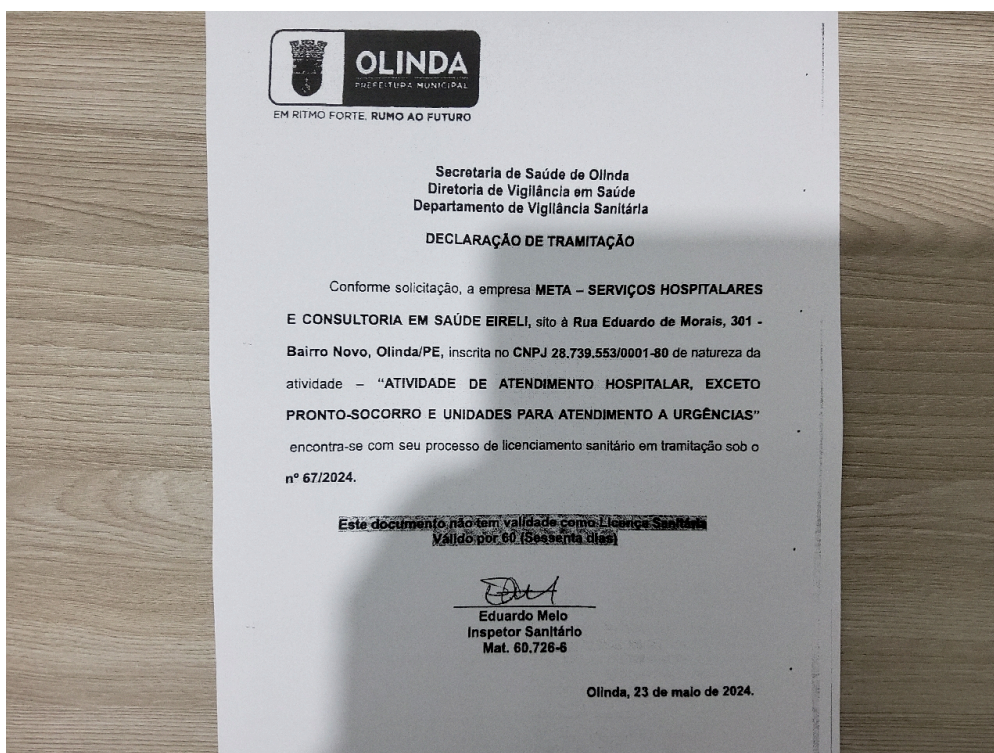
Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Há demonstração da regularidade junto à autoridade sanitária



Item não conforme: SE PRIVADO: Há alvará sanitário autorizando todas as atividades executadas no estabelecimento



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA



Área externa para embarque e desembarque da ambulância é coberta



Entrada da ambulância tem acesso ágil para a Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA



Sala de Classificação de Risco



Sala de Classificação de Risco



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves



Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves



Mínimo de dois leitos



Sala de Classificação de Risco



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/cvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves



Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves





Sala de Reanimação e Estabilização de Pacientes Graves



Coronariana ou Cardiovascular



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Coronariana ou Cardiovascular



Coronariana ou Cardiovascular



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Coronariana ou Cardiovascular



Coronariana ou Cardiovascular



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/cvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Coronariana ou Cardiovascular



Coronariana ou Cardiovascular



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Coronariana ou Cardiovascular



Coronariana ou Cardiovascular



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Coronariana ou Cardiovascular



Coronariana ou Cardiovascular





Coronariana ou Cardiovascular



Coronariana ou Cardiovascular



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Coronariana ou Cardiovascular



Alvará bombeiros



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Alvará bombeiros



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



bu3VrNaA



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/cvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



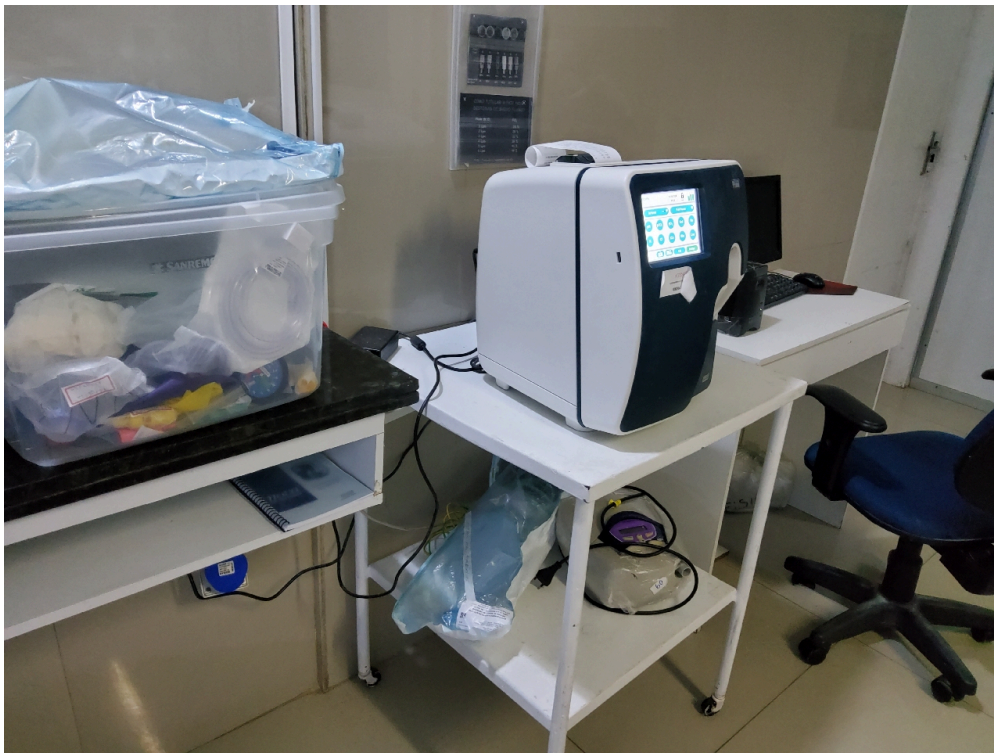
Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024** às **10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE





Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Unidade de Tratamento Intensivo Geral/Mista



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE



ESCALA - MEDICOS PLANTONISTAS - HOSP. CIDADE PATRIMONIO AGOSTO 2024						
		SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MANHÃ	UTI C + I	ANDRÉ LUIZ	RAVELANE	RAVELANE	CYNTHIA	ANDRE LUIZ
	UCO + EME	VINICIUS FIL.	RAFAEL	VINICIUS FIL.	NELSON	LILIAN
	ENF	CYNTHIA	NELSON	NELSON	LILIAN	NELSON
TARDE	UTI C + I	ANDRÉ LUIZ	RAVELANE	RAVELANE	CYNTHIA	ANDRE LUIZ
	UCO + EME	VINICIUS FIL.	RAFAEL	VINICIUS FIL.	NELSON	LILIAN
NOITE	UTI C + I	ANDRE LUIZ	LUIZ CARLOS	EMERSON	GIOVANNA	EMERSON
	UCO + EME	LILIAN	VINICIUS FIL.	VINICIUS FIL.	NELSON	LUIZ CARLOS
FINAIS DE SEMANA						
		DIA	NOITE		DIA	NOITE
SABADO 03/ago	UTI C + I	VINICIUS A.	EMERSON	DOMINGO 04/ago	VINICIUS A	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		JOSE ROBERTO	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			LILIAN	
SABADO 10/ago	UTI C + I	EMERSON	VINICIUS A.	DOMINGO 11/ago	EMERSON	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		RAFAEL	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			NELSON	
SABADO 17/ago	UTI C + I	VINICIUS A.	EMERSON	DOMINGO 18/ago	VINICIUS A	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		JOSE ROBERTO	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			NELSON	
SABADO 24/ago	UTI C + I	EMERSON	VINICIUS A	DOMINGO 25/ago	EMERSON	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		RAFAEL	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			NELSON	
SABADO 31/ago	UTI C + I	VINICIUS A.	VINICIUS A			
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO			
	ENF	NELSON				

Há um médico plantonista/vertical para cada dez (10) leitos ou fração

ESCALA - MEDICOS PLANTONISTAS - HOSP. CIDADE PATRIMONIO AGOSTO 2024						
		SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MANHÃ	UTI C + I	ANDRÉ LUIZ	RAVELANE	RAVELANE	CYNTHIA	ANDRE LUIZ
	UCO + EME	VINICIUS FIL.	RAFAEL	VINICIUS FIL.	NELSON	LILIAN
	ENF	CYNTHIA	NELSON	NELSON	LILIAN	NELSON
TARDE	UTI C + I	ANDRÉ LUIZ	RAVELANE	RAVELANE	CYNTHIA	ANDRE LUIZ
	UCO + EME	VINICIUS FIL.	RAFAEL	VINICIUS FIL.	NELSON	LILIAN
NOITE	UTI C + I	ANDRE LUIZ	LUIZ CARLOS	EMERSON	GIOVANNA	EMERSON
	UCO + EME	LILIAN	VINICIUS FIL.	VINICIUS FIL.	NELSON	LUIZ CARLOS
FINAIS DE SEMANA						
		DIA	NOITE		DIA	NOITE
SABADO 03/ago	UTI C + I	VINICIUS A.	EMERSON	DOMINGO 04/ago	VINICIUS A	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		JOSE ROBERTO	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			LILIAN	
SABADO 10/ago	UTI C + I	EMERSON	VINICIUS A.	DOMINGO 11/ago	EMERSON	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		RAFAEL	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			NELSON	
SABADO 17/ago	UTI C + I	VINICIUS A.	EMERSON	DOMINGO 18/ago	VINICIUS A	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		JOSE ROBERTO	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			NELSON	
SABADO 24/ago	UTI C + I	EMERSON	VINICIUS A	DOMINGO 25/ago	EMERSON	GIOVANNA
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO		RAFAEL	VINICIUS FIL.
	ENF	NELSON			NELSON	
SABADO 31/ago	UTI C + I	VINICIUS A.	VINICIUS A			
	UCO + EME	JOSE ROBERTO	JOSE ROBERTO			
	ENF	NELSON				

Item não conforme: TODOS os médicos rotineiros/diaristas/horizontais, matutino e vespertino, possuem Registro de Qualificação de Especialista em Medicina Intensiva junto ao CRM da jurisdição

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA



Conforme
MP 2.200-2/01
e Lei 14.063/20

Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **30/08/2024 às 10:45**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **384/2024** e código verificador abaixo do QR CODE

